



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO PENA

Construindo uma nova história



CONTRATO Nº. 050/2021		
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 067/2021	ADMINISTRATIVO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 026/2021

PELO PRESENTE E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, AS PARTES ABAIXO ASSINADAS, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA/MG, com sede administrativa a Praça João Luiz da Silva, nº 156, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 19.769.660/0001-60, representada neste ato, pela Sra. Prefeita, Nádia Filomena Dutra França, brasileira, casada, portadora do RG nº MG-3.392.164 PC/MG, e inscrita no CPF sob o nº 501.789.706-20, residente e domiciliada neste Município, como **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa Fernanda Serafim da Silva-MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 42.591.290/0001-35, estabelecida a Rua Emílio Wetter, nº 110, centro, Cidade de Galileia, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.250-000, representada pela Sra. Fernanda Serafim da Silva, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 123.807.776-59 – RG: MG-19049333 PC/MG, residente e domiciliada Rua Emílio Wetter, nº 110, centro, Cidade de Galileia, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.250-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com a Dispensa de Licitação nº. 026/2021, firmam o presente instrumento de contrato que será regido pelas normas previstas na Lei nº 14.133/21 e demais normas correlatas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto deste instrumento é contratação de Analista de Licitação para elaborar e acompanhar processos de licitação, desenvolvendo planilhas de custos e propostas técnicas, pesquisas e editais. Participação em pregões públicos ou eletrônicos, auxiliar a Comissão Permanente de Licitação, pregoeiro e equipe e apoio na condução de certames licitatórios, efetuando lançamentos de dados no sistema de compras, para o atendimento da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:

2.1. O valor mensal do presente contrato é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), durante 06 (seis) meses, resultando no valor global de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), conforme os quantitativos indicados na Planilha de Preços constante da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA na **Dispensa de Licitação nº. 026/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pela cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes,



supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

Os direitos e responsabilidades dos contratantes estão definidos no artigo 92, inciso XIV, da Lei Federal n.º 14.133/21, e em especial:



1) DA CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais durante a vigência do respectivo contrato;
- c) Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto deste instrumento, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
- d) Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado.

2) DA CONTRATADA:

- a) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas;
- b) Executar os serviços na forma prevista no presente instrumento;
- c) Responder perante terceiros por eventuais danos causados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena.

6.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), a Fazenda Federal e o FGTS, em original.

6.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

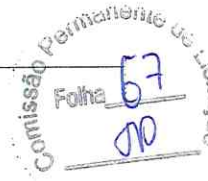


6.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. EXERCÍCIO DE 2021:

- 02.04.01.04.122.2201.2008.33.90.36.00 – MAN. ADM. DA SEC.— Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física - Fonte 1.00.00– FICHA: 089.
- 02.04.01.04.122.2201.2008.33.90.39.00 – MAN. ADM. DA SEC.— Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica - Fonte 1.00.00– FICHA: 090.



CLÁUSULA OITAVA – DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

8.1. A presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das condições previstas no artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133/921, devidamente justificado pela CONTRATANTE, mediante respectivo Termo Aditivo.

8.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite legal previsto na legislação, calculado sobre o valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços constantes do objeto, pelo que designará representante responsável, na forma da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. São de responsabilidade da Contratada as despesas decorrentes da execução do objeto, não cabendo à contratante o pagamento de tais custos.

10.2. A Contratada deverá responder integralmente qualquer dano causado a terceiro no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da CONTRATANTE, conforme art. 138 da Lei nº 14.133/21.

11.2. A rescisão do Contrato poderá ser:



I - determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos casos enumerados da Lei Federal nº 14.133/21.

II - amigável, por acordo entre as partes.

III – decisão arbitral ou judicial, nos termos da legislação.



11.2. Rescindida o Contrato, a Contratada terá retido todo o crédito decorrente do presente instrumento, até o limite dos prejuízos causados à Contratante ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES:

12.1. Em caso de descumprimento das condições contratuais ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada, garantida prévia defesa, estará sujeita às seguinte penalidades, conforme as disposições previstas nos artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/21:

I - Advertência;

II - Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. A sanção de multa de até 10% (dez por cento) será aplicada nos casos de não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais.

12.3. A aplicação de multa pela Contratante não impede a rescisão unilateral do contrato e nem a aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente, por parte da Contratante, garantindo-se a Contratada o direito de defesa após regular processo administrativo instaurado na administração Contratante.

12.4. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

12.5. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa contratada a critério da administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da Contratante, não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

12.6. A contratante aplicará as penalidades previstas na Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

12.7. A multa poderá ser aplicada conjuntamente com outras cominações legais e contratuais.



12.8. Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da intimação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do Art. 166, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

13.1. Este instrumento é regido pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas disposições contidas no processo administrativo de que é decorrente, pela Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, e subsidiariamente, pelos princípios de direito público e ainda, no que couber pelos dispositivos de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO:

14.1. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 067/2021, que contém a Dispensa de Licitação nº 026/2021, vinculando-se as normas atualizadas da Lei Federal nº 14.133/21, ainda, à proposta da CONTRATADA, e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, ou para exigir o seu cumprimento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente instrumento administrativo, em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena/MG, aos 06 (seis) dias do mês de julho de 2021.


MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO
PEN/MG
NÁDIA FILOMENA DUTRA FRANÇA


FERNANDA SERAFIM DA SILVA-MEI
CNPJ Nº. 42.591.290/0001-35



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO PENA

Construindo uma nova história



TESTEMUNHAS	
1º - Nome: <i>Isadora Reis Estácio Leite</i>	
RG - <i>MG - 21.295.131</i>	CPF - <i>138.608.076-41</i>
2º - Nome: <i>Juhenon do Prado</i>	
RG - <i>MG 12712 103</i>	CPF - <i>017.115.226-35</i>

Nei F. Silva
Silva